

Extensão e Desenvolvimento Regional

Da teoria à prática

Cidonea Machado Deponti
(Organizadora)



 eduepb



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa | *Diretor*

Expediente EDUEPB

Erick Ferreira Cabral | *Design Gráfico e Editoração*

Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes | *Design Gráfico e Editoração*

Leonardo Ramos Araujo | *Design Gráfico e Editoração*

Elizete Amaral de Medeiros | *Revisão Linguística*

Antonio de Brito Freire | *Revisão Linguística*

Danielle Correia Gomes | *Divulgação*

Gilberto S. Gomes | *Divulgação*

Efigênio Moura | *Comunicação*

Walter Vasconcelos | *Assessoria Técnica*

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

C331d Deponti, Cidonea Machado
Extensão e Desenvolvimento Regional: da Teoria à Prática.
7000 Kb - 404 p.: il. color.

ISBN 978-85-7879-630-3 (E-book)

ISBN 978-65-87171-35-7 (Impresso)

1. Desenvolvimento regional. 2. Planejamento agrícola - Brasil. 3. Políticas de desenvolvimento Territorial e Regional. 4. Planejamento e Desenvolvimento regional. 5. Desenvolvimento rural. I. Título.

21. ed. CDD 338.9

338.9813

Ficha catalográfica elaborada por Heliane Maria Idalino Silva – CRB-15ª/368

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Agricultores e consumidores em torno do acesso a alimentos agroecológicos: estudo de caso sobre as Células de Consumidores Responsáveis, SC, Brasil

Julia Coelho de Souza⁴³

Oscar José Rover⁴⁴

Eunice Sueli Nodari⁴⁵

Resumo

Com a ampliação do debate público sobre os problemas socioambientais causados pelo sistema agroalimentar industrial, novas dinâmicas de ação social têm surgido em torno da produção e acesso a alimentos de qualidade. A partir da experiência de venda direta em circuitos curtos de comercialização das Células de Consumidores Responsáveis, em Florianópolis (SC), analisamos novas dinâmicas de ação social para acesso a mercados e consumo de alimentos bons, limpos e justos. Essa inovação social tem aberto espaços relevantes para a promoção de estratégias de governança e democracia alimentar.

43 Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

44 Universidade Federal de Santa Catarina, Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

45 Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Introdução

Nas dinâmicas do sistema agroalimentar contemporâneo predominam formas de agricultura industrial que se inserem em mercados globais através de longas cadeias desde a produção até o consumo. Suas bases se estabeleceram a partir da *revolução verde*, uma reorganização global dos sistemas produtivos e alimentares. São sistemas de produção altamente tecnificados, com a utilização de variedades de alto rendimento, uso intensivo de agrotóxicos e de irrigação, maquinário agrícola e políticas públicas (NODARI e GUERRA 2015), voltados ao mercado agroexportador.

Especialmente a partir da década de 1950, em níveis mundiais, documenta-se o crescimento vertiginoso dos impactos na água, solos, qualidade do ar e biodiversidade (SILVA e SÁ, 2021) causados pela intensificação da industrialização e uso indiscriminado da natureza. A agricultura industrial baseada nas monoculturas e intensificação do uso de agrotóxicos tem crescido no Brasil com a produção especializada de commodities de origem agrária (CARNEIRO, M. J.; PALM; ALVARENGA, 2017). Desde 2008 o Brasil tem sido o maior consumidor de agrotóxicos do planeta (BOMBARDI, 2017; GILSON *et al*, 2020), ao passo em que já em 2015, estudos mostraram contaminação de agrotóxicos em 70% dos alimentos brasileiros (GILSON *et al*, 2020).

Ao mesmo tempo, a sustentabilidade nos sistemas agroalimentares tem tomado um grande espaço no debate público. Essa questão tem sido pautada especialmente pela perspectiva da ‘virada de qualidade’ (GOODMAN, 2003) que indica exigências e desejos do consumo agroalimentar, onde novos padrões de qualidade baseados na saúde humana e ambiental estariam superando a noção de qualidade da produção industrializada. Esses novos padrões se relacionam a discussões sobre circuitos curtos e redes agroalimentares alternativas (BRUNORI; ROSSI; MALANDRIN, 2011; RENTING; SCHERMER; ROSSI, 2012a), riscos agroalimentares (GUIVANT, 2002; PLOEG, 2009;

RODRIGUES; QUADROS; WEINERT, 2020), escolhas de consumo (GOODMAN, 2003; ORGANIS, 2019) e soberania e segurança alimentar (MALUF, 2007; MORAIS; SPERANDIO; PRIORE, 2020), dentre outras discussões.

Esse conjunto de abordagens indica a centralidade das temáticas agroalimentares (BIROCHI *et al*, 2019; RAMOS, 2021) e a necessidade de ampliação e aprofundamento dos debates sociais, políticos e acadêmicos nesse campo.

A agricultura familiar - um campo social heterogêneo e diverso - garante parte significativa dos alimentos que abastecem as cidades brasileiras (PAULA; OLIVEIRA; SILVA, 2017; ALVES; GALIZA; SILVA, 2020). É a principal categoria social presente na produção agroalimentar no Brasil, responsável por grande parte da produção *convencional* e orgânica de produtos frescos. Durante a pandemia da Covid 19, a agricultura familiar foi afetada pela suspensão de compras e de canais de comercialização, como feiras livres e outros (SCHNEIDER *et al*, 2020).

Os mercados são provavelmente o principal espaço de convergência entre a produção e o consumo de alimentos provenientes da agricultura familiar. Muitas vezes agricultores familiares que iniciaram sua produção agroecológica e a certificaram como orgânica não conseguem ter mercados garantidos e preços justos, enquanto a população urbana tem dificuldades de acessar alimentos de qualidade e origem conhecida a preços acessíveis. A inserção de produtores com maiores áreas de cultivo, infraestrutura e capital no negócio dos orgânicos gera uma demanda importante de criação de mercados mais estáveis e justos aos pequenos agricultores, para que não abandonem a atividade. Paralelamente, com a elevada demanda por alimentos orgânicos e a existência de muitos intermediários entre agricultores e consumidores, os preços tornaram-se impeditivos para que grande número de consumidores adquira esses alimentos (ORGANIS, 2019). Estudos recentes estimam que o preço médio por quilo do alimento orgânico em Florianópolis/SC gira em torno de R\$23,00 em supermercados,

seguido de R\$12,92 em lojas especializadas, e R\$9,67 em feiras (GRADE e MERGEN, 2020).

O Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar da Universidade Federal de Santa Catarina (LACAF/UFSC), a partir de pesquisas que identificaram esses elementos, criou o Projeto de Extensão Células de Consumidores Responsáveis (CCR). Trata-se de uma metodologia para a comercialização direta da produção orgânica da agricultura familiar, que pode garantir mercados com remuneração justa aos agricultores e acesso a consumidores com menor renda a esses alimentos.

Tendo como base o estudo de caso das CCR, esse artigo tem como objetivo analisar as dinâmicas de ação social de atores sociais articulados na venda direta de alimentos agroecológicos provenientes de agricultores familiares. A movimentação em torno do acesso à comercialização e consumo de alimentos *bons, limpos e justos* (BIROCHI *et al*, 2019) envolve uma diversidade de atores sociais rurais e urbanos que buscam construir alternativas de abastecimento, mobilizando a participação social e diversas ações coletivas.

Apresentamos o caso das CCR, em atividade desde 2017, em um contexto de proximidade entre regiões de produção e consumo de alimentos orgânicos frescos. As CCR são consideradas como uma metodologia que cria uma tecnologia social replicável em diferentes contextos sociais, que configura uma dinâmica própria de ação cidadã e se insere em uma Rede de Cidadania Agroalimentar (RCA) mais ampla na Região da Grande Florianópolis (MIRANDA, 2020). Tomamos as CCR como uma inovação social, resultante da mobilização de diferentes grupos e atores sociais em torno de soluções inovadoras para problemas comuns, cuja organização culmina em soluções efetivas para os atores envolvidos e que irradiam para um ambiente social mais amplo (NEUMEIER, 2012; 2017).

Convergindo com a linha conceitual através da qual o projeto de extensão Células de Consumidores Responsáveis foi elaborado, mobilizamos também as noções de Circuitos Curtos de Comercialização e de

Redes de Cidadania Agroalimentar para compreendermos as relações sociais que vêm sendo mobilizadas na experiência. Observando as CCR, analisamos dinâmicas de ação social que promovem novas formas de governança em torno do acesso a alimentos agroecológicos.

A partir dessa introdução, apresentamos os principais conceitos mobilizados para a discussão e análise - Circuitos Curtos de Comercialização e Redes de Cidadania Agroalimentar - e a metodologia utilizada para o presente artigo. Posteriormente, elaboramos uma breve descrição sobre as Células de Consumidores Responsáveis e, a seguir, apresentamos os resultados e discussões. Finalizamos com algumas conclusões e considerações finais.

Conceitos mobilizados

As CCR são entendidas como uma inovação social a partir de Neumeier (2012; 2017). Esse autor propõe uma definição ampla e focada em ações coletivas para inovações sociais, centrada nas atitudes, percepções e no bem-estar de grupos sociais com interesses em comum. Ele discute a importância das inovações sociais nas dinâmicas de desenvolvimento rural como ações de colaboração, mobilizadas pelos atores sociais que visam mudanças e tendem a gerar vantagens concretas para si e para um território mais amplo. Essas mudanças ocorrem a partir de grupos sociais que modificam e melhoram uma situação problemática em comum.

As inovações sociais se diferenciam do campo das novidades no desenvolvimento rural a partir de alguns critérios bem definidos (NEUMEIER, 2012; 2017). Primeiro, deve ser algo novo em relação ao público que beneficia, ao contexto no qual são implementadas ou na sua forma de execução. Segundo, devem atender às necessidades do público principal de forma mais efetiva do que as alternativas adotadas anteriormente. Terceiro, deve tratar-se de soluções em um longo prazo, e quarto, devem ser adotadas para além do grupo ou rede que iniciou ou propôs a inovação (NEUMEIER, 2012).

Múltiplas alianças alimentares colaborativas (PREISS, 2017) em torno da alimentação boa, limpa e justa tem conformado uma Rede de Cidadania Agroalimentar na região de Florianópolis (MIRANDA, 2020), contexto em que avançaram às CCR. São experiências que envolvem produção, abastecimento e consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos em Circuitos Curtos de Comercialização (CCC).

Os CCC têm sido incentivados por diversos atores sociais (movimentos sociais, entidades de apoio à agricultura familiar, organizações da sociedade civil, instituições de pesquisa, ensino e extensão). São frequentemente associados à agricultura orgânica e agroecológica, alimentos tradicionais, agrobiodiversidade, alimentos frescos e com referências socioambientais relacionadas aos territórios - dimensões da produção estreitamente ligadas à agricultura familiar e desde onde o alimento não é visto como simples mercadoria.

Os canais de comercialização nos CCC tem, no máximo, um intermediário entre agricultores e consumidores (MAYE e KIRWAN, 2010; DAROLT, 2013). Estes circuitos devem ser entendidos através de diferentes dimensões de proximidade: geográfica ou espacial, informacional e relacional (MARSDEN *et al.*, 2000; RENTING *et al.*, 2003; DAROLT, 2013; KNEAFSEY *et al.*, 2013). Rover e Riepe (2016), propõe mensurar 200 quilômetros entre o local da produção e do consumo como uma distância aproximada, condizente a uma proximidade geográfica para parâmetros microrregionais brasileiros. Os diferentes tipos de proximidade para abastecimento de alimentos contribuem, de forma articulada ou não, para enfrentar uma série de problemas do modelo dominante (DAROLT, 2013; DAROLT *et al.*, 2013) e apontam para a necessidade de processos agroalimentares sustentáveis entre sociedade e natureza (RENTING *et al.*, 2003; LAMINE *et al.*, 2012; GOODMAN, 2017).

Além de induzir mudanças locais, os CCC potencializam processos mais amplos de interdependência entre agentes do sistema agroalimentar, muitas vezes formando redes. A rede como uma metáfora remete à imagem de nós e fluxos de relações, que buscam

representar a complexidade do mundo social (SCHMITT, 2011). Sua utilização como uma ferramenta analítica compreende uma perspectiva de análise relacional dos fenômenos sociais. De acordo com Granovetter (2018), todos os fenômenos sociais são imersos em redes sociais e, portanto, devem ser analisados considerando esses conjuntos de relações.

De acordo com a abordagem das redes socioeconômicas, as redes sociais influenciam nos resultados das ações de algumas formas: alterando o fluxo e a qualidade da informação, favorecendo a mobilização de recursos, institucionalizando mecanismos de retribuição ou de punição e/ou possibilitando a estruturação (ou desestruturação) de vínculos confiança (GRANOVETTER, 2018; SCHMITT, 2011).

A partir dessa linha interpretativa, a noção de *redes alimentares* ajuda a entender a dimensão da ampliação da ação coletiva em torno do alimento, sendo que a maioria delas incorpora os CCC como elemento chave de organização (LAMINE *et al.*, 2012; RENTING *et al.*, 2012). Essas redes envolvem diferentes escalas e temas em torno de novas práticas alimentares, e para além dos mercados relacionam os alimentos a questões ambientais, sociais e culturais, se afastando das lógicas convencionais que envolvem produção, comercialização e consumo de alimentos (RENTING *et al.*, 2012; SONNINO e MARSDEN, 2006).

A noção de Redes de Cidadania Alimentar envolve relações de justiça, soberania e democratização, em torno de novas formas de governança alimentar (RENTING *et al.*, 2012). A diversidade dentro dos CCC e das redes, assim como os debates que surgem delas, favorecem a legitimação e o desenvolvimento de novas visões sobre agricultura e alimentação (LAMINE *et al.*, 2019).

A literatura sobre redes agroalimentares demonstra uma forte relação entre as ações da sociedade civil, mercados, agentes públicos locais (DAROLT *et al.*, 2016; PREISS, 2017; ESCOSTEGUY *et al.*, 2019), território, qualidade do alimento e um gargalo relacionado à governança de democratização do alimento (MIRANDA, 2020).

Nesse sentido, as *redes* são entendidas como estruturas ou mecanismos de governança (SCHMITT, 2011), integram múltiplos atores sociais em torno da cidadania agroalimentar (MIRANDA, 2020). Essa ação social envolve pessoas ativamente engajadas na construção de seus próprios sistemas alimentares (HASSANEIN, 2003).

As relações que se estabelecem nessas redes implicam novas concepções de cidadania e democracia envolvendo o campo agroalimentar, e a reorganização dos mecanismos de governança (RENTING *et al.*, 2012; LAMINE *et al.*, 2012; CUCCO e FONTE, 2016). Entendemos esses arranjos como Redes de Cidadania Agroalimentar (MIRANDA, 2020), destacando que os agricultores, suas organizações e entidades de apoio participam efetivamente dos laços sociais que as compõem. As dinâmicas inovadoras em torno das redes de cidadania que se mobilizam em torno dos alimentos devem inserir a perspectiva dos processos sociais produtivos e da apropriação social da agricultura e dos sistemas agroalimentares pelos atores sociais rurais.

Para analisar a ação cidadã e seus desdobramentos trabalhamos com um estudo de caso com abordagem qualitativa. Também utilizamos dados quantitativos para ajudar nas análises do caso estudado.

Como procedimentos metodológicos utilizamos a pesquisa bibliográfica, de documentação textual e videográfica, junto a registros em arquivos que constituem a base de dados do LACAF/UFSC, além de observações diretas e participantes, e entrevistas com os 6 agricultores coordenadores de grupos que abastecem as CCR.

As Células de Consumidores Responsáveis em Florianópolis/ SC

As Células de Consumidores Responsáveis (CCR) começaram em novembro de 2017, em um Projeto de Extensão do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar da Universidade Federal de Santa Catarina (LACAF/UFSC). Elas são um arranjo organizativo de *venda direta por pedido antecipado* – VDPA (ESCOSTEGUY, 2019)

e envolvem grupos de agricultores familiares e de consumidores para a comercialização de alimentos orgânicos e agroecológicos. Seu principal objetivo é gerar mercados seguros aos agricultores organizados em grupos e acesso a alimentos orgânicos, a preços abaixo dos praticados nos demais mercados de Florianópolis (LOVATTO *et al*, 2021), e incentivar relações de proximidade, confiança e corresponsabilização, contribuindo para a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares (ESCOSTEGUY *et al*, 2019).

Os grupos de agricultores que abastecem as CCR são certificados pela Rede Ecovida de Agroecologia. A Ecovida certifica a conformidade orgânica dos produtos, através de seu Sistema Participativo de Garantia (SPG), conforme a regulamentação da Lei 10831/03. O processo de geração de credibilidade dos SPGs é realizado por meio da organização das famílias agricultoras em grupos, os quais já organizados para a certificação foram desafiados pelo LACAF/UFSC para o abastecimento das CCR.

Três elementos principais compõem a metodologia das CCR:

1. *preço fixo pago adiantadamente*, que possibilita o planejamento da produção a partir de uma demanda em escala apropriada para os grupos de agricultores, evitando desperdícios (PUGAS *et al*, 2019);
2. *peso fixo e diversidade de acordo com a sazonalidade*, que estimula dinâmicas de produção e consumo de alimentos diversos e sazonais (ESCOSTEGUY *et al*, 2019);
3. *ponto de partilha em comum*, que reduz os custos de logística (ESCOSTEGUY *et al*, 2019; PUGAS *et al*, 2019).

As CCR operam em dois modelos de cestas: a pequena (P) com cerca de 4,5 Kg, contém de 7 a 9 itens, ao preço de R\$ 32,00, e a grande (G), com cerca de 9 Kg, composta por 13 a 14 itens, ao preço de R\$ 56,00. O pagamento é mensal, organizado em ciclos, e antecipado aos grupos de agricultores através de depósito bancário.

A composição das cestas é diversificada (folhosas, frutas, legumes, raízes, temperos e/ou chás, e nas cestas G, uma porção de grãos), organizada pelos agricultores e informada aos grupos de consumidores

(ESCOSTEGUY *et al*, 2019), através de canais de comunicação do Whatsapp.

Uma lista de itens adicionais de produtos orgânicos, agroecológicos e coloniais (não orgânicos) também é disponibilizada. A composição dessas listas é formada por produtos excedentes, produtos disponíveis em quantidade insuficiente para a composição das cestas, produtos coloniais de grupos e associações às quais participam agricultores vinculados ao grupo de abastecimento, e também, produtos oriundos do Circuito de Comercialização da Rede Ecovida de Agroecologia, rede à qual todos os grupos de agricultores estão integrados.

A montagem das cestas é feita em um local onde o grupo de agricultores reúne os produtos de cada família do grupo responsável pelo abastecimento (PUGAS *et al*, 2019). A entrega é realizada semanalmente em um ponto de partilha em comum para cada grupo de consumidores, o qual deve ser um local seco, fresco e sombreado, com acesso facilitado para os agricultores (ESCOSTEGUY *et al*, 2019) - normalmente em alguma entidade social ou similar (associação, escola, universidade etc.). O transporte é de responsabilidade dos agricultores, bem como o condicionamento adequado dos produtos para chegarem frescos aos consumidores (PUGAS *et al*, 2019).

Atualmente, existem 13 CCR ativas em 11 bairros de Florianópolis, do sul ao norte da Ilha, na porção continental da capital, e no município metropolitano vizinho de São José. Cada célula ativa corresponde a um Ponto de Partilha, que aglutina os consumidores de acordo com o seu lugar de residência ou convivência. São cerca de 500 consumidores diretos abastecidos semanalmente por 6 grupos de agricultores. Cada grupo de agricultores abastece de uma a quatro CCRs (Quadro 1).

Quadro 1. Abastecimento das CCR

Grupos de agricultores familiares	Famílias agricultoras	Municípios de produção	Grupos de consumidores abastecidos
Associação AGRODEA (Agroecologia, Desenvolvimento e Educação Ambiental)	14	Imbuia, Ituporanga, Vidal Ramos e Leoberto Leal	3 CCR Trindade, CCR Efaz - Campeche, CCR Coloninha
Grupo Associada	12	Major Gercino, Angelina e Nova Trento	4 CCR O Sítio - Lagoa da Conceição, CCR Centro de Ciências da Saúde, CCR Arqtec - Centro, CCR Rio Vermelho
Grupo APAOC (Associação de Agricultores Produtores de Alimentos Orgânicos e Coloniais)	5	Chapadão do Lajeado	2 CCR FETAESC - Barreiros, CCR CRAS - Capoeiras
Grupo Flor do Fruto	4	Biguaçu	1 CCR Centro de Ciências Agrárias
Grupo Amanacy	2	Alfredo Wagner	1 CCR Rio Tavares
Grupo com membros do Núcleo Serramar da Rede Ecovida	6	Orleans, Pedras Grandes, Treviso e Criciúma	2 CCR Canasjurê, CCR CRESOL - João Paulo

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Os acordos entre os grupos de agricultores e de consumidores são organizados através de um *termo de responsabilidades compartilhadas* buscando um processo de co-responsabilização.

O trabalho dos agricultores familiares, no contexto das CCR, tem gerado renda tanto para os grupos e famílias, quanto diretamente para as mulheres agricultoras. Elas passam a se envolver mais centralmente na produção para a composição da diversidade necessária, e na organização de processos como a montagem, planejamento e contato com consumidores. Outro aspecto importante é o retorno de jovens ao trabalho rural junto às famílias, e a sua inserção nas dinâmicas de trabalho das Células⁴⁶. Diversos desses grupos contam também com

⁴⁶ Depoimentos disponíveis no vídeo “Células de Consumidores Responsáveis”, realizado em parceria com a ONG Cepagro no âmbito do projeto Misereor em Rede. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=bsS8E2Hnyqo>.

colaborações esporádicas de outros agricultores, ampliando ainda mais a abrangência dessa ação.

A primeira CCR começou a operar em novembro de 2017 a partir de um grupo de agricultores, entregando 27 cestas semanais. A iniciativa ampliou-se rapidamente, e em abril de 2018 o grupo de consumidores foi dividido configurando duas CCR abastecidas pelo mesmo grupo. Em junho de 2021 já se constituem 13 grupos de consumidores e 6 grupos de agricultores em funcionamento (Quadro 2).

Quadro 2. Ampliação das CCR de 2017 a 2021

	Novembro 2017	Junho 2019	2020	Junho 2021
Células ativas	1	10	11	13
Cestas Semanais	27	260	400	500
Grupos de agricultores	1	4	5	6
Kg de alimentos mensais	540	5.200	8.000	10.000

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

As cestas semanais correspondem também à quantidade de consumidores diretos das cestas. Com isso, entendemos que a abrangência em termos de quantidade de pessoas que se alimentam desses produtos é maior, ao considerarmos que as cestas são consumidas geralmente por famílias (ou grupos) mais amplos. Outro elemento quanto à abrangência desses alimentos são as doações que são realizadas pelos grupos de agricultores e de consumidores. Nas CCR existe a possibilidade de os consumidores realizarem doações, seja com cestas não retiradas em alguma semana, ou através de um item específico na lista de adicionais. Neste item, o montante arrecadado semanalmente é convertido pelos grupos de agricultores em alimentos, os quais são destinados a grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Esse incentivo se ampliou com a pandemia da Covid-19, mostrando a capacidade das CCR ampliarem o acesso a alimentos para consumidores das mais diferentes situações socioeconômicas.

A capacidade de abastecimento dos grupos de agricultores familiares fica evidente, especialmente ao considerarmos que circulam, através de 6 grupos, mais de 10 toneladas mensais de alimentos. Cabe destacar que esses dados ainda são subestimados, já que o volume de alimentos comercializados nas cestas fechadas não contempla os produtos destinados a doações e os itens adicionais. A comercialização de adicionais representa um volume importante de produtos e da renda para os grupos de agricultores.

Resultados e discussões

A dinâmica de funcionamento das CCR indica uma série de interações entre dois principais grupos sociais: agricultores familiares organizados em grupos certificados participativamente, e consumidores organizados a partir de um local de referência em comum. Esses atores sociais mobilizam diversas dinâmicas de ação social em torno do acesso a alimentos agroecológicos, e para tanto, criam novos espaços relevantes para que suas ações possam acontecer. As noções de Circuitos Curtos de Comercialização e de Redes de Cidadania Agroalimentar nos ajudam a entender quais são esses novos espaços e quais dinâmicas de ação social se desdobram a partir do envolvimento com uma experiência de venda direta de alimentos orgânicos.

As CCR se tornaram o principal canal de comercialização para alguns dos grupos de agricultores envolvidos - ainda que eles também acessem outros canais, como feiras, mercados especializados e mercados institucionais. Evidencia-se a relevância dos circuitos curtos para os agricultores familiares, com sua rápida consolidação e expansão. Esse espaço econômico criado nas CCR reverbera para outros grupos de agricultores familiares e de consumidores. Novos grupos de agricultores foram integrando a experiência das CCR nestes poucos anos de sua existência, e criando outras experiências baseadas no mesmo método. Paralelamente, novos grupos de consumidores foram se organizando visando acessar alimentos bons, limpos e justos.

A partir das CCR, dinâmicas de ação social e espaços relevantes para a ação cidadã foram criados em diferentes contextos sociais. Por iniciativa dos grupos de agricultores e outros grupos de consumidores, uma Célula foi criada no município de Ituporanga, uma no Bairro Rio Vermelho, em Florianópolis, outra no município de Canelinha/SC. Também experiências com outras denominações se inspiraram na metodologia da CCR; As Células de Consumo Consciente (CCC), organizadas pelos agricultores do Assentamento Comuna Amarildo de Souza, do município de Águas Mornas, na região da Grande Florianópolis. Atualmente, eles abastecem 08 CCC ativas em Florianópolis. Outra iniciativa inspirada nas CCR é o Consumo Consciente Kairós, que abastece atualmente 4 locais de entrega em Florianópolis. Na cidade de Valparaíso, no Chile, os *Nodos de Distribución Agroecológica* foram criados através do *Laboratório de Observación Social* da *Universidad de Playa Ancha* (UPLA), a partir de uma adaptação do método das CCR, em uma parceria com o LACAF/UFSC.

Entendemos a relevância das CCR como um espaço econômico que possibilita acesso a um mercado estável e seguro para os grupos de agricultores, e de acesso a alimentos orgânicos a consumidores de diversos segmentos socioeconômicos. Além disso, outros processos são relevantes no cotidiano dos atores sociais que compõem as CCR. O pagamento antecipado e ciclos mensais são dispositivos institucionais importantes que possibilitam o planejamento de produção de acordo com a sazonalidade e geram segurança aos grupos de agricultores. Tanto a venda antecipada quanto a composição diversificada das cestas permitem diminuir prejuízos e desperdício de alimentos. Há maior remuneração para quem produz e menor gasto para quem consome, devido à venda direta e o custo reduzido de logística envolvido com a entrega semanal em um único ponto.

A partir daí, se desdobra outro canal de acesso relevante a esses alimentos: o canal de doações de alimentos. Elas são incentivadas na experiência das CCR e se intensificaram com a pandemia da Covid-19.

Grupos de consumidores e agricultores se mobilizam em torno de um espaço de solidariedade através do espaço econômico das CCR. Cria-se, assim, uma expansão do alcance desses alimentos a pessoas em situação de vulnerabilidade, que passam a consumir, ainda que esporadicamente, alimentos frescos, saudáveis e diversificados. Entendemos esse canal como um importante espaço de acesso a alimentos agroecológicos, que carece ainda de estudos mais aprofundados que deem conta de identificar a abrangência desse espaço de solidariedade. Podemos inferir que as dinâmicas de ação social promovidas pelas CCR dialogam, também, com o problema da crescente insegurança alimentar, aqui demonstrada através dos dados apresentados sobre o uso de agrotóxicos no Brasil.

Diversas relações de proximidade são desencadeadas através das CCR. Dentro da perspectiva do consumo local e do desenvolvimento regional, apontamos que a distância máxima desses municípios até Florianópolis é de cerca de 160 quilômetros (Ituporanga), e a mínima é 40 quilômetros (Biguaçu), o que indica *proximidade geográfica* quando se pensa na realidade brasileira (ROVER e RIEPE, 2016). Evidencia-se que avançam relações de produção e consumo dentro de um território periurbano - o que o LACAF/UFSC tem entendido como um processo de estímulo para a formação de *cinturões verdes agroecológicos*. Essa proximidade possibilita a comercialização de produtos mais frescos aos consumidores e, ao possibilitar formas diversas de venda direta, possibilita preços mais adequados a agricultores e consumidores (DAROLT, 2013). Ainda assim, somente a proximidade espacial não garante que se estabeleçam relações mais diretas entre produção e consumo.

A *proximidade informacional* se dá, inicialmente, em função da certificação através da Rede Ecovida de Agroecologia e, no cotidiano, acontece principalmente através dos grupos de Whatsapp. Nesse canal circulam informações sobre os processos de produção, sobre as perdas em função de chuvas, geadas e falta de água, sobre a utilização e preparo de alimentos, entre tantas outras. A interação através

da internet é uma das características dessa forma específica de venda direta (ESCOSTEGUY, 2019), e figura-se como o principal canal de informações sobre os alimentos comercializados nesta iniciativa estudada. A equipe do LACAF/UFSC produz materiais informativos que também circulam por esses canais, a exemplo das Cartilhas para agricultores (PUGAS *et al*, 2019) e para consumidores (ESCOSTEGUY *et al*, 2019). Porém, embora a comunicação seja constante, não podemos mensurar o efetivo conhecimento que os consumidores adquirem sobre os sistemas agroalimentares de forma mais ampla, o que indica outro espaço aberto para novos estudos.

A proximidade geográfica e a troca de informações geram relações que se qualificam e se aproximam. A *proximidade relacional* se evidencia, em um primeiro momento, nas frequentes manifestações de carinho e respeito dos consumidores ao trabalho dos agricultores, através dos grupos de Whatsapp, nas redes sociais e em depoimentos⁴⁷. Nas CCR não existe um compromisso de tempo mínimo de permanência (para além do ciclo pago antecipadamente), o que nos leva a entender que o comprometimento dos consumidores se dá no campo das relações. Antes da pandemia, uma das práticas das CCR eram as visitas aos grupos de agricultores, nas quais os grupos de consumidores iam a campo em uma prática de intercâmbio.⁴⁸

A organização em grupos de agricultores e consumidores cria relações entre os atores sociais envolvidos. Existe uma dinâmica própria de organização dos agricultores, no interior de seus grupos, para a comercialização nas CCR, que envolve diversos elementos: o planejamento da produção com base na diversidade e peso das cestas, a participação de cada membro do grupo na composição do mix

47 A série de vídeos “O LACAF quer saber”, publicada no perfil das CCR no Instagram, coletou depoimentos que indicam a proximidade relacional de consumidores com agricultores. Ver https://www.instagram.com/ccr_celulasconsumo/.

48 Um exemplo da prática de intercâmbio entre consumidores da CCR Trindade e agricultores da Associação Agrodea em 2018 está disponível em https://youtu.be/_3UI5xWYKN0, no blog Cozinha a Dois.

semanal de produtos, a comunicação necessária entre agricultores para essa dinâmica, além da montagem das cestas, semanalmente realizada através de um rodízio entre as famílias em um trabalho coletivo. Isto gera novas dinâmicas de ação e cooperação entre as famílias de agricultores.

Os pontos de partilha criam espaços de relação entre os grupos de agricultores e consumidores, entre os consumidores de cada CCR e, também, com atores sociais envolvidos com esses locais. É no ponto de partilha que se materializa a troca mais constante das CCR, que é a entrega e busca semanal das cestas. Embora o contato entre consumidores tenha o ingrediente do distanciamento social, em função da pandemia da Covid-19, os pontos de partilha seguem sendo o principal ponto de convergência e encontro, desde onde se exige uma dinâmica comum de cuidado e organização do espaço. Nesses espaços também circulam e interagem pessoas que não se relacionam diretamente com as CCR, como os funcionários e o público atendido (a exemplo de espaços da UFSC, das escolas e Centros de Referência de Assistência Social que funcionam como pontos de partilha). Essa circulação gera também novos beneficiários das CCR, através de eventuais doações realizadas e aproximações com a experiência através de conversas com agricultores e consumidores que transitam nesses espaços, que acabam por tomar conhecimento da iniciativa e eventualmente vêm a se envolver como consumidores.

Novas dinâmicas sociais dos consumidores se manifestam na sua disponibilidade de reorganizar hábitos e costumes, tanto no aspecto da logística e busca semanal dos alimentos no ponto de entrega, quanto do preparo e acondicionamento de alimentos que se diferem dos encontrados em outros canais comerciais. O simples ato de os consumidores receberem os alimentos completos (com folhas, talos, cascas etc.), terem de descascar e acondicionar adequadamente alguns alimentos em um tempo específico (sob risco de perder alguns alimentos) é um elemento que modifica hábitos cotidianos e impele a uma maior consciência dos processos envolvidos na comercialização

de alimentos – normalmente uma atribuição dos agricultores os dos mercados, não dos consumidores.

Refletir sobre as CCR enquanto uma inovação social ajuda a entender uma mudança em curso que vem redesenhando mecanismos de governança agroalimentar de alimentos saudáveis em territórios locais. As CCR são uma inovação social que impulsiona processos territoriais socioambientalmente enraizados, proporciona valorização dos atores sociais rurais, planejamento de produção, relações de confiança e de justiça socioeconômica que promovem maior democracia alimentar (HASSANEIN, 2003; RENTING *et al*, 2012; MIRANDA, 2020).

Utilizamos a noção de Redes de Cidadania Agroalimentar (RCA) ressaltando o papel fundamental dos atores sociais rurais nesses arranjos, colocando a mobilização e envolvimento dos agricultores como agentes de transformação social territorial e sujeitos ativos na problematização e na ação coletiva.

Considerações finais

A questão alimentar tem alcançado espaços cada vez mais amplos no campo acadêmico e em ações sociais. Os sistemas agroalimentares têm sido entendidos como centrais para a organização de modelos sustentáveis de produção, comercialização e consumo. Essa centralidade é percebida através do envolvimento crescente de múltiplos atores sociais, rurais e urbanos, em novas dinâmicas de ação social em torno de mecanismos de governança agroalimentar: a organização de mercados; a reorganização de hábitos alimentares e formas de consumo; a inclusão de acordos coletivos como mediadores da comercialização, dentre outras dinâmicas demonstradas.

As Células de Consumidores Responsáveis expressam o envolvimento crescente em torno do acesso a alimentos *bons, limpos e justos*. Essa dinâmica de comercialização propicia a aproximação entre agricultores e consumidores organizados coletivamente, e fortalece redes

de relação produção-consumo que valorizam a sócio-agro-biodiversidade local. Durante a pandemia da Covid-19, tem desempenhado um importante papel no suporte a mercados para agricultores e no abastecimento de alimentos saudáveis para consumidores.

Enquanto um processo em construção, observamos algumas dinâmicas que podem vir a ser articuladas a partir dessa experiência. Dentre elas, destacamos a necessidade de evoluir, em pesquisa e extensão, no dimensionamento da quantidade de alimentos adicionais comercializados, bem como no dimensionamento das doações realizadas, em quantidade e abrangência. Também nesse sentido, embora no escopo das CCR o trabalho seja direcionado para grupos certificados, ainda fica em aberto a necessidade de inovações sociais que respondam à geração de mercados para produtos em transição agroecológica. Entendemos que a metodologia das CCR possa ser adaptada a essa demanda, incentivando formas de venda direta para grupos organizados que estejam em processo de certificação orgânica.

Esperamos, com esse texto, contribuir para as reflexões teóricas e práticas sobre a extensão no campo do desenvolvimento regional, especialmente em torno das possibilidades de redesenho dos sistemas agroalimentares socioambientalmente orientados.

* * *

Julia Coelho de Souza. Mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH/UFSC). Pesquisadora vinculada ao Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar, Grupo de Pesquisa em Agroecologia e Circuitos de Comercialização de Alimentos e ao Laboratório de Imigrações, Migrações e História Ambiental. Bolsista CAPES–Demanda Social. Contato: juliacoelhosou@gmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9677-7804>.

Oscar José Rover. Professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina no Centro de Ciências Agrárias/ Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural (UFSC/ CCA/ DZDR). Subcoordenador do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PGA/ UFSC), coordenador do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar e líder do Grupo de Pesquisa em Agroecologia e Circuitos de Comercialização de Alimentos (LACAF). Contato: oscar.rover@ufsc.br. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2719-3151>

Eunice Sueli Nodari. Professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina no Centro de Filosofia e Ciências Humanas/ Departamento de História (UFSC/ CFH/ HST). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/ UFSC), orientadora de mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/ UFSC) e coordenadora do Laboratório de Migrações, Migrações e História Ambiental (LABIMHA). Contato: eunice.nodari@ufsc.br. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5953-649X>

Referências

ALVES, F.; GALIZA, M.; SILVA, S. P. **Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do Covid-19: uma abordagem das ações públicas emergenciais TT - Nota Técnica n. 69 (Disoc) : Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do Covid-19 : uma abordagem das ações públi.** Brasília: [s. n.], 2020. Available at: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200508_nt_disoc_n_69_web.pdf

BIROCHI, R.; ROVER, O. J.; SCHULTZ, G. **Alimentos bons, limpos e justos da Agricultura Familiar Brasileira.** Florianópolis: Letras Contemporâneas. 2019.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: [s. n.], 2017. *E-book*.

BRUNORI, G.; ROSSI, A.; MALANDRIN, V. Co-producing transition: innovation processes in farms adhering to solidarity-based purchase groups (GAS) in Tuscany, Italy. (Special Issue: Collective farmers' marketing initiatives.). **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 28–53, 2011. Available at: <http://ijsaf.org/index.php/ijsaf/article/view/257>

CARNEIRO, M. J.; PALM, J. L.; ALVARENGA, A. C. Informando política pública: uma revisão bibliográfica sobre Pronaf e qualidade de vida (2006-2013). **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**, [s. l.], p. 470, 2017.

CUCCO, I.; FONTE, M. Local food and civic food networks as a real utopias project. **Socio.hu**, [s. l.], n. special issue 3, p. 22–36, 2015. Available at: <https://doi.org/10.18030/socio.hu.2015en.22>

DAROLD, M.R.. Circuitos curtos de comercialização de alimentos Ecológicos: reconectando produtores e consumidores, in: Niederle, P.A., Almeida, L., Vezzani, F.M. (Eds.), **Agroecologia: Práticas, Mercados e Políticas Para Uma Nova Agricultura**. Kairós, Curitiba, pp. 139–170, 2013.

DAROLD, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Agriculturas**, [s. l.], v. 10, n. n. 2, p. 8–13, 2016.

ESCOSTEGUY, I. L. *et al.* **COMO CRIAR E GERIR UMA CÉLULA DE CONSUMIDORES RESPONSÁVEIS (CCR) DE ALIMENTOS ORGÂNICOS/AGROECOLÓGICOS ?**.

Florianópolis: LACAF UFSC, 2019. Available at: https://celulasconsumo.ufsc.br/static/pdf/cartilha_consumidor.pdf

ESCOSTEGUY, I. L. **INOVAÇÕES SOCIAIS NA PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA E DE REDES DE CIVISMO AGROALIMENTAR EM FLORIANÓPOLIS-SC**. 131 f. 2019. - Universidade Federal de Santa Catarina, [s. l.], 2019.

GILSON, I. K. *et al.* Agrotóxicos liberados nos anos de 2019-2020: Uma discussão sobre o uso e a classificação toxicológica. **Brazilian Journal of Development**, [s. l.], v. 6, n. 7, p. 49468–49479, 2020. Available at: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n7-553>

GOODMAN, D. Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas. *In*: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GOODMAN, D. The quality ‘turn’ and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 1–7, 2003. Available at: [https://doi.org/10.1016/s0743-0167\(02\)00043-8](https://doi.org/10.1016/s0743-0167(02)00043-8)

GRADE, M., MERGEN, C. Boletim Síntese dos Preços de Alimentos Orgânicos no Varejo de Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1oCj3pK4spJ10wBF3Wgd1EzzjeSCAb3Uh/view>. (Acesso em 16 de julho 2020).

GRANOVETTER, M. The impact of social structure on economic outcomes. **The Sociology of Economic Life, Third Edition**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 46–61, 2018. Available at: <https://doi.org/10.4324/9780429494338>

GUIVANT, J. S. Riscos alimentares : novos desafios para a sociologia ambiental e a teoria social Food risks : new challenges to environmental sociology and social theory. **Desenvolvimento e meio ambiente**, [s. l.], n. 5, p. 89–99, 2002.

HASSANEIN, N. Practicing food democracy: a pragmatic politics of transformation, **Journal of Rural Studies**, 19(1), 2003. pp. 77–86

KNEAFSEY, M. *et al.* Short Food Supply Chains and Local Food Systems in the EU . A State of Play of their Socio-Economic Characteristics. **JRC Scientific and Policy Reports**, [s. l.], n. August 2014, p. 123, 2013. Available at: http://agrilife.jrc.ec.europa.eu/documents/SFSCChainFinaleditedreport_001.pdf

LAMINE, C.; DAROLT, M.; BRANDENBURG, A. The Civic and Social Dimensions of Food Production and Distribution in Alternative Food Networks in France and Southern Brazil. **International Journal of Sociology of Agriculture & Food**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 383–401, 2012.

LAMINE, C.; GARÇON, L.; BRUNORI, G. Territorial agrifood systems: A Franco-Italian contribution to the debates over alternative food networks in rural areas, **Journal of Rural Studies**, Volume 68, 2019, Pages 159-170.

LOVATTO, A. B. *et al.* Relacionamento e fidelização entre agricultores e consumidores em grupos de venda direta de alimentos agroecológicos em Florianópolis-SC. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 59, n. 3, p. 1–14, 2021. Available at: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.227676>

MALUF, R. S. J. Segurança Alimentar e Nutricional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: Exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, [s. l.], v. 40, n. 4, p. 424–438, 2000. Available at: <https://doi.org/10.1111/1467-9523.00158>

MIRANDA, D. L. R. **Redes de cidadania agroalimentar e a construção social do mercado de orgânicos/agroecológicos em Florianópolis - SC**. 138 f. 2020. - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, [s. l.], 2020. Available at: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/70824?show=full>

MORAIS, D. de C.; SPERANDIO, N.; PRIORE, Si. E. **Atualizações e debates sobre Segurança Alimentar e Nutricional**. Viçosa: UFV, 2020.

NEUMEIER, S. Social innovation in rural development: identifying the key factors of success. **Geographical Journal**, [s. l.], v. 183, n. 1, p. 34–46, 2017. Available at: <https://doi.org/10.1111/geoj.12180>

NEUMEIER, S. Why do Social Innovations in Rural Development Matter and Should They be Considered More Seriously in Rural Development Research ? – Proposal for a Stronger Focus on Social Innovations in Rural Development Research. [s. l.], v. 52, n. 1, 2012. Available at: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.2011.00553.x>

NODARI, R. O.; GUERRA, M. P. A agroecologia: Estratégias de pesquisa e valores. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 29, n. 83, p. 183–207, 2015. Available at: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142015000100010>

ORGANIS BRASIL. **Panorama do consumo de orgânicos no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://organis.org.br/pesquisa-consumidor-organico-2019/>. Acesso em: 14 de julho de 2021

PAULA, M. M. de; OLIVEIRA, A. L. de; SILVA, J. L. G. da. Promoção Da Saúde E Produção De Alimentos Na Agricultura Familiar. **Revista Interação Interdisciplinar**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 50–67, 2017. Available at: <http://fimes.edu.br/ojs/index.php/interacao/article/view/145>

PLOEG, J. Sete teses sobre a agricultura camponesa. **Revistas Agrícolas: Experiências em Agroecologia**, [s. l.], n. Especial, p. 17–32, 2009.

PREISS, P. V. **As alianças alimentares colaborativas em uma perspectiva internacional: Afetos, conhecimento incorporado e ativismo político**. 239 f. 2017. [s. l.], 2017. Available at: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/view-TrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5295169

PUGAS, A. da S. *et al.* **COMO ABASTECER UMA CÉLULA DE CONSUMIDORES RESPONSÁVEIS (CCR) COM ALIMENTOS ORGÂNICOS/AGROECOLÓGICOS?**. Florianópolis: [s. n.], 2017. Available at: https://celulasconsumo.ufsc.br/static/pdf/cartilha_agricultor.pdf

RAMOS, P. S.; ROVER, O. J. Redes de Cooperación para la comercialización de alimentos agroecológicos: Miradas sobre dos experiencias en Brasil y Chile. In: BURIGO, Fábio Luiz; ROVER, Oscar José; FERREIRA, Rodrigo García. **Cooperação e desenvolvimento Rural Olhares Sul Americanos**. 1. Ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas. 2021. 216p.

RENTING, H.; MARSDEN, T. K.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: Exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning A**, [s. l.], v. 35, n. 3, p. 393–411, 2003. Available at: <https://doi.org/10.1068/a3510>

RENTING, H.; SCHERMER, M.; ROSSI, A. Building Food Democracy : Exploring Civic Food Networks and Newly Emerging Forms of Food Citizenship. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 289–307, 2012a.

RENTING, H.; SCHERMER, M.; ROSSI, A. Building Food Democracy : Exploring Civic Food Networks and Newly Emerging Forms of Food Citizenship Building Food Democracy : Exploring Civic Food Networks and Newly Emerging Forms of Food Citizenship. [s. l.], n. January, 2012b.

RODRIGUES, A. R.; QUADROS, D. A.; WEINERT, L. V. C. Qual a Noção De Risco Que Nos Orienta: Uma Análise Reflexiva Acerca Da Alimentação, Sistemas Agroalimentares E Desenvolvimento Territorial Sustentável. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 963, 2020. Available at: <https://doi.org/10.19177/rgsa.v9e32020963-980>

ROVER, O. J.; RIEPE, A. D. J. A relação entre comercialização de alimentos e princípios agroecológicos na rede de cooperativas de reforma agrária do Paraná/Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s. l.], v. 38, p. 663–682, 2016. Available at: <https://doi.org/10.5380/dma.v38i0.41984>

SCHNEIDER, S. *et al.* Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 34, n. 100, p. 167–188, 2020. Available at: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.011>

SILVA, A. F. C.; SÁ, M. R. Minicurso História, ambiente e conhecimento no antropoceno. [Rio de Janeiro]: Casa de Oswaldo Cruz, 2021. Curso livre online de 25 a 28 de maio de 2021. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=1Kl6yiIpxIE>. Acesso em: 10 de junho de 2021.

SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: Perspectivas na construção. **Sociologias**, [s. l.], n. 27, p. 82–112, 2011. Available at: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000200005>

SONNINO, R.; MARSDEN, T. Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe, **Journal of Economic Geography**, Worcester, Massachusetts, v. 6, n. 2, 2006.